

II.10 – CONCLUSÃO

A atividade de perfuração marítima da PETROBRAS na Bacia de Santos visa à continuidade da exploração de hidrocarbonetos na denominada Área Geográfica Bacia de Santos - AGBS, a partir da perfuração de poços exploratórios (para descobrimento de novos campos ou para avaliação da extensão de novas descobertas) e de poços de desenvolvimento (produção e injeção).

Esta atividade faz parte do escopo do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) ora em negociação entre a PETROBRAS e o IBAMA, documento este que objetiva a regularização ambiental da atividade mediante o cumprimento de várias obrigações pela empresa. Por se tratar de uma atividade estratégica e de grande relevância para economia nacional que poderá resultar, na fase de produção, em benefícios sociais através da distribuição de *royalties*, foi estabelecida uma cláusula que prevê a apresentação de EIA/RIMA para subsidiar o licenciamento ambiental da atividade possibilitando assim viabilizar a perfuração na AGBS.

Assim, a elaboração do presente estudo norteou-se pelo atendimento, em sua abrangência, aos procedimentos e critérios estabelecidos no Termo de Referência nº 006/06 emitido pelo ELPN/IBAMA em 27 de março de 2006, com o objetivo de subsidiar o processo de licenciamento ambiental para concessão de Licença Prévia de Perfuração – LPper para a atividade de perfuração marítima na Área Geográfica Bacia de Santos, AGBS, localizada na Bacia de Santos.

As atividades de perfuração objeto deste estudo ambiental se darão na Área Geográfica Bacia de Santos, constituída pelos campos explorados pela PETROBRAS e áreas de concessão de exploração, identificadas como Áreas de *Ring-Fence*, na Bacia de Santos.

A AGBS está localizada em área oceânica e se estende do município de Arraial do Cabo, no estado do Rio de Janeiro, a Florianópolis em Santa Catarina, incluindo os estados de São Paulo e Paraná. Está situada a uma distância mínima de aproximadamente 55 km e máxima de cerca de 300 km da costa. A AGBS possui extensão de 40.663 km² em lâmina d'água de até 3 mil metros.

A partir do conhecimento e entendimento dos objetivos e das justificativas que levaram a empresa a planejar a execução da atividade na AGBS, foram pesquisadas e consolidadas informações sobre as atividades pretéritas desenvolvidas nesta área.

Com base nas informações fornecidas pelo empreendedor com relação à caracterização técnica e desenvolvimento da atividade foi possível o perfeito entendimento sobre a atividade planejada de modo a permitir a identificação dos respectivos aspectos ambientais envolvidos.

Para possibilitar a identificação e avaliação dos impactos ambientais decorrentes destes aspectos, primeiramente foi efetuado o levantamento da situação atual da Área de Influência, com relação aos meios físico, biótico e socioeconômico.

Quanto ao meio físico confirmou-se que a direção predominante das correntes oceânicas é influenciada pela Corrente do Brasil. A composição química das massas de água relaciona-se com a disponibilidade de nutrientes, a qual determina a produtividade primária e nectônica. As fontes de enriquecimento são dependentes do aporte de águas continentais e da Água Central do Atlântico Sul. Na região costeira, as características químicas são fortemente influenciadas pelo aporte de efluentes domésticos e industriais e pelo regime pluviométrico regional.

As correntes nas regiões oceânicas influenciam diretamente as rotas de deslocamento de peixes pelágicos e cetáceos.

A pesquisa para consolidação do diagnóstico ambiental socioeconômico mostrou como relevantes a atividade pesqueira, especialmente a pesca industrial que se destaca no cenário nacional, e o turismo, com foco principal na zona litoral.

No meio biótico os ecossistemas terrestres que compõem a Área de Influência do projeto estão sujeitos às pressões decorrentes do processo de urbanização de áreas naturais, a contaminação com esgotos domésticos e industriais e disposição de lixo em locais inadequados, exceto nas unidades de conservação existentes.

Na área marinha, predominam os baixos níveis de produção primária, estoques relativamente diversos de peixes e pequenas quantidades de outras espécies marinhas, inclusive crustáceos e camarões.

Dentre as Unidades de Conservação presentes na Área de Influência destacaram-se as Áreas de Proteção Ambiental e as Reservas Biológicas.

Os dados primários e secundários obtidos nesta fase permitiram a consolidação do diagnóstico ambiental e a avaliação integrada da sua qualidade ambiental atual.

A previsão da interação entre a atividade e as condições ambientais atuais encontradas no local resultaram na identificação e avaliação dos impactos ambientais da atividade. A Avaliação dos Impactos Reais identificou 23 impactos reais decorrentes de 8 aspectos relacionados a atividade de perfuração na Área Geográfica Bacia de Santos, dentre estes impactos, 11 são referentes ao ambiente natural (meios físico e biótico) e 12 são referentes ao meio socioeconômico. A maioria dos impactos reais identificados foi considerada de magnitude baixa e pequena importância. Tendo em vista este resultado e o fato de que os impactos, em sua maioria, foram avaliados como temporários e reversíveis, pode-se supor que não deverá ocorrer comprometimento da qualidade ambiental da região em decorrência das atividades de perfuração na Área Geográfica Bacia de Santos, havendo reais possibilidades de restabelecimento das condições originais, após a desativação da operação.

Por outro lado, os Impactos Potenciais, gerados pelo derramamento de óleo, tem natureza negativa, mas apresentam-se como temporários e reversíveis, já que, uma vez cessada a fonte do derramamento, o ambiente tende a retornar às condições originais, de acordo com a capacidade de resiliência do ambiente afetado. Deve-se também levar em consideração que a área que poderia ser afetada pelo derramamento de óleo pode ser significativamente restringida em função da rapidez e eficiência das ações de resposta empregadas.

Os resultados da Análise de Impactos Ambientais foram consolidados na matriz de impactos.

Para subsidiar as avaliações das conseqüências de um eventual acidente com vazamentos de óleo, foram realizadas modelagens matemáticas. Os resultados obtidos pela modelagem de um “*blowout*” em condições críticas, durante 30 dias, sem a qualquer ação humana, definiram a Área de Influência indireta do empreendimento compreendendo todos os municípios costeiros do Paraná, a maioria dos municípios costeiros de São Paulo, e Santa Catarina e alguns do Rio de Janeiro.

No entanto, a PETROBRAS através de seu Plano de Emergência Individual e respectiva infra-estrutura está apta a atender a eventuais acidentes que venham a ocorrer na área em conseqüência da atividade.

As avaliações dos impactos, individualmente e em conjunto, subsidiaram a proposição de medidas mitigadoras e planos e projetos ambientais, que visam

tornar a atividade ambientalmente viável e permitem garantir a manutenção da qualidade ambiental ao longo de toda a execução da atividade.

Tendo em vista as informações apresentadas no presente EIA, pode-se concluir que a atividade de perfuração marítima na AGBS é ambientalmente viável (não deverá causar impactos significativos ao meio ambiente físico, biótico e socioeconômico), desde que sejam tomadas as precauções necessárias à preservação ambiental através da implementação dos projetos propostos e atendidas as condicionantes da LPper que autorizará a execução da atividade.